



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

MAYARA GOMES DOS SANTOS

DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO SOCIAL

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

MAYARA GOMES DOS SANTOS

DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO SOCIAL

Monografia apresentada à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como pré-requisito para a obtenção de título acadêmico de especialista na área de Gestão Pública, sob orientação da Prof^a Dr^a Ailana Linhares de Sousa Medeiros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S236d

Santos, Mayara Gomes dos.

Desenvolvimento de políticas públicas no âmbito social / Mayara Gomes dos Santos. - 2018.
28 f. : il.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ailana Linhares de Sousa Medeiros.

1. Bem-estar social - São Francisco do Conde (BA). 2. Beneficiários do bem-estar social -
São Francisco do Conde (BA). 3. Política pública. I. Programa Acolhimento Social de
Complementação de Renda. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 361.608142

MAYARA GOMES DOS SANTOS

DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO SOCIAL

Monografia apresentada à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como pré-requisito para a obtenção de título acadêmico de especialista na área de Gestão Pública, sob orientação da Prof^a Dr^a Ailana Linhares de Sousa Medeiros.

Aprovada em: 27/10/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ailana Linhares de Sousa Medeiros

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Me. Francisco Sávio de Oliveira Barros

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

RESUMO

O Brasil é um país onde existem muitas pessoas em situação de pobreza e se houvesse uma melhor distribuição de renda evitaria uma série de problemas de ordem social. Para tentar amenizar tal situação foram criados alguns programas de transferência de renda. Entre eles, tratamos nessa pesquisa de um no município de São Francisco do Conde, na Bahia. O PAS é um programa que instituiu um valor pecuniário a pessoas que estão em situação de pobreza e/ou extrema pobreza. O objetivo geral é identificar o impacto do programa no bem estar social dos moradores do município de São Francisco do Conde. Como objetivos específicos têm-se o de investigar percepções dos moradores acerca do programa; descobrir se o bem estar social é percebido pelos moradores e saber como o programa de fato influencia a vida dos moradores. Quanto à metodologia, a pesquisa será exploratória. A coleta de dados será a bibliográfica e a sua escolha se deu pela facilidade de acesso a livros e sites eletrônicos para a pesquisa. E será também de levantamento pela aplicação do questionário para obtenção de dados. O programa influenciou o bem estar social dos moradores de maneira muito positiva e de uma forma geral foi aprovado pela população e passou a oportunizar uma vida melhor para os moradores.

Palavras-chave: Bem-estar social - São Francisco do Conde (BA). Beneficiários do bem-estar social - São Francisco do Conde (BA). Política pública. Programa Acolhimento Social de Complementação de Renda.

ABSTRACT

Brazil is a country where there are many people living in poverty and if there were a better distribution of income would avoid a series of social problems. In order to try to alleviate this situation some income transfer programs were created. Among them, we deal with this research one in the municipality of São Francisco do Conde, in Bahia. PAS is a program that has established a monetary value for people who are living in poverty and / or extreme poverty. The general objective is to identify the impact of the program on the social welfare of the residents of the municipality of São Francisco do Conde. As specific objectives have to investigate the perceptions of the residents approached program; to find out if the social well-being is perceived by the residents and to know how the program in fact influences the life of the residents. As for the methodology, the research will be exploratory. The data collection will be the bibliographical one and its choice was due to the ease of access to books and electronic sites for the research. And it will also be a survey by the application of the questionnaire to obtain data. The program influenced the social well-being of the residents in a very positive way and was generally approved by the population and started to provide a better life for the residents.

Keywords: Beneficiaries of social welfare - São Francisco do Conde (BA). Public policy. Social Accomplishment of Income Complementation Program. Social welfare - São Francisco do Conde (BA).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1	POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	10
2.2	SOCIEDADE, DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E BEM ESTAR SOCIAL	11
2.3	PROGRAMA DE ACOLHIMENTO SOCIAL E OUTROS PROGRAMAS	13
3	METODOLOGIA	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	22
	APÊNDICE - QUESTIONÁRIO	26
	ANEXO - RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO PAS (PROGRAMA DE ACOLHIMENTO SOCIAL)	28

1 INTRODUÇÃO

O assunto a ser desenvolvido neste trabalho é o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito social. Mais especificamente sobre a criação de um Programa de Acolhimento Social no município de São Francisco do Conde, no estado da Bahia. O município tem uma população estimada de 38.000 habitantes e a principal fonte de renda é o refino e a produção de petróleo pela refinaria Landulfo Alves. O programa foi criado no ano de 2009, através da lei municipal 078/2009 e instituiu o PAS - Programa Acolhimento Social de Complementação de Renda no Município de São Francisco do Conde, a ser coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Ele tem como um dos intuitos: “complementar a renda das famílias, de modo que estas possam atender às necessidades básicas de seus membros.”

Na revisão de literatura serão apresentados conceitos importantes para o entendimento da temática do trabalho, entre eles o de política, políticas públicas, sociedade, diferenciação social, além da visão relacionada a programas semelhantes por autores que possibilite identificar variáveis que avaliem a viabilidade positiva desse programa. Um dos conceitos a serem aprofundados é o de bem estar social, que conforme NOGUEIRA (2002): “O que se busca, portanto, é identificar como ocorre uma qualificação sobre o que é viver bem ou o bem-viver, ampliando e alterando seu significado e quais as determinações que favorecem esse processo”.

A finalidade é, portanto, verificar se e como esse programa melhorou de fato a vida das pessoas. Outro conceito importante a ser abordado é o da teoria das necessidades básicas do ser humano. Aqui, podemos citar a teoria de Maslow, citado em CHIAVENATO (2003): “as necessidades humanas estão organizadas e dispostas em níveis, em cuja base estão as necessidades mais baixas (necessidades fisiológicas ou básicas) e no topo, as necessidades mais elevadas (as necessidades de auto realização)”. Ou seja, essa teoria vai de acordo com um dos objetivos que o programa estabelece.

Esta pesquisa possui como tema o desenvolvimento de políticas públicas a partir da atividade política e visa abordar o seguinte questionamento: Como um programa de acolhimento social pode influenciar o bem estar social dos moradores de São Francisco do Conde?

O motivo da escolha desse tema é contribuir com mais informações a respeito do desenvolvimento de políticas públicas, visto que é um tema muito discutido nos dias atuais. Algumas das hipóteses levantadas são: se irá desestimular a procura por emprego em virtude do recebimento de valores monetários, quais serão os benefícios para a economia local e se ele atende as necessidades básicas de seus beneficiários, trazendo o bem estar social.

O objetivo geral é identificar o impacto do programa no bem estar social dos moradores do município de São Francisco do Conde. Como objetivos específicos têm-se o de investigar percepções dos moradores acerca do programa; descobrir se o bem estar social é percebido pelos moradores e saber como o programa de fato influencia a vida dos moradores.

Quanto à metodologia, a pesquisa será exploratória. A coleta de dados será a bibliográfica e a sua escolha se deu pela facilidade de acesso a livros e sites eletrônicos para a pesquisa. E será também de levantamento pela aplicação do questionário para obtenção de dados. A vantagem desses dois procedimentos técnicos é que eles ajudam bastante o desenvolvimento da pesquisa, permitindo que se alcance respostas inerentes a problemática de forma mais rápida e completa. As análises vão ser tanto quantitativas quanto qualitativas.

Como instrumento de pesquisa irá ser utilizado um questionário específico que irá analisar a presença ou ausência do bem estar social dos moradores do município, o conjunto de perguntas visará à elucidação do problema e alcance dos objetivos da pesquisa. Será feita a técnica de amostragem, ou seja, dentro do número total de beneficiados pelo programa, serão selecionados dez por cento que estejam dispostos a colaborar respondendo a um questionário. O critério de seleção será por amostragem sistemática, ou seja, de fácil acesso. Nesse caso, será escolhido um bairro mais carente do município, onde certamente terá um número razoável de beneficiados.

A estrutura do trabalho será dividida em introdução, desenvolvimento e conclusão. A introdução apresentará a contextualização, o problema, o objetivo geral e os específicos, hipóteses, resumo da metodologia e por fim a estrutura do trabalho. O desenvolvimento será composto por pela revisão de literatura, o método da pesquisa e a coleta de dados. Em seguida, têm-se as considerações finais que irá apresentar os resultados da pesquisa, apresentando se os objetivos foram alcançados, se o problema foi respondido e as hipóteses

confirmadas. Além das referências bibliográficas, apresentando toda a fonte de pesquisa utilizada para a concretização do trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Brasil é um país onde existem muitas pessoas em situação de pobreza e se houvesse uma melhor distribuição de renda evitaria uma série de problemas de ordem social, uma vez que, países onde essa distribuição não é bem feita, podem ocorrer: pobreza extrema, violência, desemprego, analfabetismo, entre outros. Nascimento (2014, p.80) afirma que “é uma função do Estado distribuir melhor a renda, visto que, o Brasil é um dos países de maior concentração de renda do mundo”.

Uma alternativa encontrada pelos governantes e colocada em prática foi à criação de programas de transferência de renda para pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. O mais famoso deles é o Programa Bolsa Família, que foi criado em 2003, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Atende às famílias que possuem um limite de renda e a seleção é feita através de um sistema informatizado a partir dos dados que elas informaram no Cadastro Único.

Na maioria deles existem critérios para que a pessoa obtenha o benefício, alguns deles são: filhos matriculados na escola, participação em programas de capacitação para emprego, cuidados com a saúde. Isso acaba gerando uma perspectiva melhor para o futuro do país. A melhora na qualidade vida dos cidadãos que sejam beneficiados com essa melhor divisão da renda deve acontecer independente de interesses políticos e /ou partidários. Assim, todos devem ter acesso a serviços públicos de qualidade, como: educação, saúde, emprego, previdência, transporte, habitação, proporcionando assim uma vida melhor e mais tranquila.

Sobre esse assunto podemos observar no livro *A Política de Aristóteles* (2009, p.252) quando ele cita:

É claro que todos os homens aspiram à vida boa e à felicidade; mas uns podem atingi-las, outros não (assim quer o acaso ou a natureza). A vida boa necessita de uma certa quantidade de meios, que deve ser pequeno para aqueles que são melhor dispostos e maior para os que têm disposições menos favoráveis.

O que pode contribuir para a vida ser melhor e, sobretudo mais digna é a geração de ocupação e /ou emprego pelo governo para que as pessoas possam conseguir o seu sustento. É gerar uma vida ativa, para que as políticas de assistência não substituam as políticas de geração de emprego e renda. Aristóteles (2009, p.78) enfatiza “Do mesmo modo a salvação da comunidade é a ocupação de todos os cidadãos, qualquer que seja a diferença que entre eles exista”. Ou seja, independente de classe social, todos devem ter direito a uma vida digna e com todos os seus direitos assegurados. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 no seu artigo 1º, a dignidade da pessoa humana é um dos seus princípios fundamentais. Com essa dignidade assegurada, é necessário que ela seja colocada em prática, permitindo que o ser humano que a possui e que tem plena consciência de como exercê-la possa tomar as suas próprias decisões em sua vida social.

2.2 SOCIEDADE, DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E BEM ESTAR SOCIAL

A política social ainda não consegue de forma mais clara amenizar as desigualdades no país. Os próprios programas de assistência muitas vezes são vistos como clientelistas, pois, não deixam claro qual a sua verdadeira intencionalidade. Podem sugerir que os beneficiados se qualifiquem para o trabalho, mas os responsáveis não fiscalizam tal prática, gerando assim uma mão de obra desqualificada e que deixam de ocupar as vagas melhores, aumentando assim a inserção em trabalhos informais ou ficando até desempregados. Santos (2012, pg. 173) comenta:

Ao caracterizar o desemprego como expressão da “questão social” no Brasil contemporâneo, torna-se evidente o quanto os determinantes da luta de classes apontam num sentido claramente regressivo. Isso se faz com que se reproduza o reverso de conquistas essenciais no campo dos direitos sociais enquanto sinônimo de “modernidade” no discurso dominante procurando “mascarar” a crise.

Um ponto que chama atenção em toda essa questão do assistencialismo é que na verdade o que eles oferecem como benefício é um direito, que muitas vezes ao invés de incluir, exclui, visto que, as pessoas ficam dependentes dos auxílios oferecidos. Além de essa renda ser condicionada a atendimento de critérios que são definidos sem consulta a quem será

beneficiado, além do valor ser muito baixo para que se possa comprar o básico para a sobrevivência. Yazbek (2015, pg. 30) observa:

Quanto à população alvo dessas ações políticas e particularmente da assistência social, é importante recordar que a alternativa de desenvolvimento adotada pelo poder econômico gerou, para absoluta maioria da população brasileira, um quadro de degradação das condições de vida e, assim sendo, hoje recorrem aos programas de assistência social.

Na realidade, essas pessoas precisam ser reconhecidas como sujeitos sociais, como protagonistas da sua própria vida. Lutam diariamente pela sobrevivência e mesmo assim podem não conseguir sair desse estado de dependência. Contudo, a principal função desses programas é amenizar um pouco toda essa situação, o que faz com que eles tenham diversos aspectos positivos.

Um deles é gerar bem estar social, uma melhor qualidade vida para o cidadão, que conforme Nogueira (2002, pg. 108): “O que se busca, portanto, é identificar como ocorre uma qualificação sobre o que é viver bem ou o bem-viver, ampliando e alterando seu significado e quais as determinações que favorecem esse processo”. O que favorece esse processo é a criação de meios para a promoção e manutenção de serviços básicos para a população.

A visão de bem estar pode variar de indivíduo para indivíduo, alguns podem achar que é aquisição de bens materiais, outros podem achar que é ter as suas necessidades básicas atendidas e outros ainda podem querer somente se sentir livre, ter saúde e ser feliz. Nogueira (2002, pg. 113) define:

Alguns enfoques consideram que o estado de bem-estar é concernente as condições da pessoa de satisfazer suas necessidades materiais e suas aspirações espirituais. Denota um estado subjetivo e, portanto, apreciado pela pessoa. Entretanto, é também um conceito social, uma vez que necessidades são construções sociais que pertencem ao domínio da sociologia, da antropologia, da ecologia e da economia.

O mais importante é entender que esse estado de bem estar deve ser sentido por todos independente de classe social, é preciso acima de tudo qualidade de vida. O Estado deve prestar conta dos recursos utilizados com a maior transparência possível. Afinal, o dinheiro público deve ser bem empregado.

2.3 PROGRAMA DE ACOLHIMENTO SOCIAL E OUTROS PROGRAMAS

A lei municipal que instituiu o PAS (Programa de Acolhimento Social de Complementação de Renda) foi sancionada em 15 de janeiro de 2009 na cidade de São Francisco do Conde, Bahia. A gestão era da prefeita Rilza Valentim de Almeida Pena, eleita em 2008 para o seu primeiro mandato. O município tem como principal fonte de renda, os impostos ligados à produção e refino de petróleo pela Landulfo Alves da Petrobrás. No ano de criação do PAS, em 2009, a cidade tinha o maior PIB per capita (Produto Interno Bruto dividido pelo número de habitantes) do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, a população não se beneficiava dessa riqueza, ela não era distribuída da maneira correta e a maioria da população ainda vivia em situação de pobreza. A forma encontrada pela então gestora para amenizar essa situação foi à criação do referido Programa.

O art. 1º da Lei Municipal 078/2009 passou a vigorar com nova redação pela Lei Municipal 216/2011 sancionada no dia 26 de julho de 2011, assim como o Parágrafo Único, sendo modificada novamente pela Lei Municipal nº 416/2015 de 16 de dezembro de 2015:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre o Programa de Acolhimento Social no Município de São Francisco do Conde e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação, nos termos da legislação aplicável.

O art. 4º da lei trata a respeito de quem será beneficiado pelo programa:

I- Residentes e domiciliadas no Município de São Francisco do Conde, há no mínimo 05 (cinco) anos;

II- Cuja renda domiciliar per capita mensal seja inferior a ½ (meio) salário mínimo;

III- Integrar o Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO do Município, com atualização não superior ao período máximo de 01 (um) ano;

O artigo 5º da lei traz quais são os critérios para a atribuição do benefício monetário:

I – família com renda per capita menor que 1/8 (um oitavo) do salário mínimo vigente, a provisão monetária será o valor de R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais);

II- família com renda per capita acima de 1/8 (um oitavo) e até 1/5 (um quinto) do salário mínimo vigente, a provisão monetária será no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais);

III – família com renda per capita acima de 1/5 (um quinto) e até 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente, a provisão monetária será no valor de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais);

IV – família com renda per capita acima de 1/3 (um terço) e inferior a ½ (um meio) do salário mínimo vigente, a provisão monetária será no valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Em agosto de 2018, o programa tem inscritas cerca de 5.000 (cinco mil) famílias, e aproximadamente 20.000 (vinte mil) pessoas. Na secretaria de Desenvolvimento Social do município trabalham 20 pessoas envolvidas diretamente com a gestão do programa, no uso da

competência outorgada pelo Decreto Municipal nº 1398 de 15 de fevereiro de 2013. A referida Secretaria é responsável por promover e/ou gerenciar atividades socioeducativas/ações de acompanhamento das famílias.

A logística para cadastramento das famílias para habilitação aos PAS é descrito na Portaria Municipal nº 009/2016 e acontece da seguinte maneira: o responsável pela família, munido de toda documentação necessária, realiza a inscrição no setor, de protocolo; será emitido um parecer com toda documentação pertinente e, encaminhado para a análise da coordenação do PAS. O parecer de deferimento ou indeferimento será dado por técnico administrativo estatutário; a coordenação do PAS, juntamente com o técnico administrativo deverá até o dia 15 de cada mês encaminhar as fichas de inclusão ao setor financeiro que fará o pagamento até o dia 25 (vinte e cinco) do mês. O pagamento do benefício será feito mediante crédito bancário, em nome do responsável legal cadastrado pelo Programa, preferencialmente do sexo feminino.

Em uma análise mais ampla, pode-se traçar um paralelo com outros programas de acolhimento, tanto no Brasil, como em outros países. Afirma Nascimento (2004, pg.63): “Os programas de transferência de renda contribuíram decisivamente para a redução da desigualdade social não apenas no Brasil, mas em outros países em desenvolvimento, como o México e o Chile”. Isso demonstra que se deve investir mais nesses programas, buscando sempre que eles tragam algum retorno positivo para seus beneficiários.

Outro programa que podemos citar é a Bolsa Família, que foi criado pela lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e é de âmbito federal.

O art. 1º da lei afirma: “Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.”

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

A respeito do valor do benefício, o artigo 2º, § 2º, nova redação dada pela Lei nº 11.692 de 2008 afirma: “o valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais)”.

No seu artigo 2º, § 3º, nova redação dada pela Lei nº 11.692 de 2008 afirma:

Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição:

I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e

II - o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais).

O Programa Bolsa Família É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

Outro exemplo é o Primeiro Passo, da cidade de Salvador. Esse programa objetiva atender as crianças de faixa etária na primeira infância, que vai até os 05 anos de idade, é fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Para as crianças carentes, essa fase é ainda mais importante. A política pública envolvida ocorre por meio da concessão de um auxílio financeiro combinado com ações de educação e saúde para essas famílias, que visa garantir uma primeira infância mais feliz e digna. O critério de participação é receber o Bolsa Família e não ter conseguido vagas em creches e pré-escolas públicas para as mães com filhos de até 05 anos de idade.

Mencionam-se, ainda, outros programas que fazem parte do Sistema do governo federal que auxiliam pessoas de baixa renda, são eles: Minha Casa, Minha Vida; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Benefício de Prestação Continuada (BPC); Brasil Carinhoso – Apoio às creches; Passe Livre para pessoas com deficiência; Fomento – Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Os aspectos positivos desses programas na promoção de dignidade na vida dos beneficiários podem ser elencados como: acompanhamento periódico da saúde básica primária (as vacinas devem estar atualizadas); matrículas na educação (os filhos de pessoas beneficiadas devem ser

matriculados na rede pública e comprovar frequência); inserção em programas de qualificação (quem recebe o benefício tem como contrapartida se inscrever em programas de qualificação / capacitação de mão de obra).

Todas essas ações são importantes para que os cidadãos possam de alguma forma usufruir dos serviços que são oferecidos pelo governo. Apesar de ter direito a eles, muitas vezes faltam condições de acesso a esses serviços. Com os programas, eles são de alguma forma garantidos às pessoas. Além disso, permitem que se vislumbre um futuro melhor para o país no que diz respeito à educação, saúde e trabalho.

3 METODOLOGIA

Quanto à metodologia, a pesquisa foi descritiva, pois, afirma Cervo (2007, pg. 62) “os dados, por ocorrerem em seu habitat natural, precisam ser coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito”. Dentro da pesquisa descritiva, foi escolhido o estudo de caso, por ser uma pesquisa que estuda um determinado grupo específico, nesse caso, beneficiários do PAS. As informações foram coletadas no site da prefeitura e nas leis que regem o Programa.

A coleta de dados será a bibliográfica, conforme Severino (2007, pg. 122):

Tais documentos se definem pela natureza dos temas estudados e pelas áreas em que os trabalhos se situam. Tratando-se de trabalhos no âmbito da reflexão teórica, tais documentos são livros, artigos, etc. Sua escolha se deu pela facilidade de acesso a livros e sites eletrônicos para a pesquisa.

A vantagem desse procedimento técnico é que ele ajuda bastante o desenvolvimento da pesquisa, permitindo que se alcance respostas inerentes a problemática de forma mais rápida e completa. As análises foram quantitativas e os dados obtidos subsidiaram uma análise que foi feita com os dados numéricos, assim como o que eles representam qualitativamente. A técnica de amostragem servirá para delimitar dentro do número total de beneficiados pelo programa, quantos serão selecionados e que estejam dispostos a colaborar respondendo a um questionário. O critério de seleção será por amostragem sistemática, ou seja, de fácil acesso. Dentro de um número de 5.000 (cinco mil) beneficiados, foram escolhidos 20 (vinte).

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário específico que analisou a presença ou ausência do bem estar social dos moradores do município, o conjunto de perguntas visou à elucidação do problema e alcance dos objetivos da pesquisa, com a garantia do anonimato permitindo assim respostas mais reais. Porém, um ponto fraco da pesquisa pode ser a resistência em responder ao questionário, assim como, faltar com a verdade na hora de respondê-lo.

Os dados foram buscados por meio da escolha do bairro que concentre o maior número de famílias beneficiadas, objetivando otimizar o tempo e conhecer a opinião delas sobre o Programa. O questionário será composto de perguntas fechadas e objetivas. E saber, enfim, se o objetivo do Programa foi alcançado através das respostas das pessoas que se beneficiam dele.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A criação do programa partiu de um desejo da prefeita do ano de 2009, Rilza Valentim, que em entrevista disse que não queria que nenhuma criança do município passasse fome e isso a motivou a querer mudar a realidade sócio-econômica dos mais necessitados. Apesar do município ter, de acordo com dados do IBGE, em 2009 o maior PIB Per Capita do Brasil e em 2015, o PIB Per Capita do município de São Francisco do Conde ser de R\$ 219.845,83. Isso ainda não era suficiente para que todos os moradores vivessem bem.

O último relatório disponibilizado no site da prefeitura do número total de beneficiados é de julho de 2018 (em anexo) e aponta que existem 4.661 beneficiados. Nele constam informações, tais como: Número do Benefício, CPF, Nome, Localidade, Valor do Benefício, Valor do Pas Mais e Valor Total dos Benefícios. Esse valor total pode chegar ao valor de R\$ 570,00, sendo R\$ 500,00 do PAS e R\$ 70,00 do PAS Mais.

Os questionários foram aplicados aos moradores da cidade de São Francisco do Conde, no período de 24 a 28/09/2018 e foi respondido por 20 pessoas que recebem o benefício. A seguir serão apresentadas as perguntas do questionário, suas repostas e as discussões a respeito dos resultados.

1-Você acha que o PAS modificou a sua vida e a dos moradores da cidade para melhor?

Das 20 pessoas que responderam, 18 afirmaram que sim, ou seja, 90%.

Através das respostas dos questionários podemos entender a importância do programa para os moradores do município como um todo. Sobretudo para quem recebe o benefício que ajudou e muito a vida e o bem estar social deles. Trouxe mais dignidade a partir do momento em que o poder aquisitivo melhorou e os usuários puderam sentir uma melhora efetiva em suas vidas.

2-O seu poder de compra no comércio local aumentou?

Das 20 pessoas que responderam, 14 afirmaram que sim, ou seja, 70%.

Os programas ajudam também a reduzir a desigualdade econômica, visto que, com a injeção dos recursos financeiros na economia, o poder de compra e consumo se revela maior. Os questionários revelaram que as pessoas passaram a comprar mais no comércio local, isso ajudou aos comerciantes da cidade a saírem um pouco de uma condição mais desfavorável imposta pela crise econômica que o país vem enfrentando ao longo desses últimos anos.

3-Depois que passou a receber o PAS continuou no emprego ou continuou a procurá-lo?

Das 20 pessoas que responderam, 10 afirmaram que estão procurando emprego, 50% e 10 que não tinham e não estão procurando, ou seja, 50%.

Uma crítica que pode ser feita a respeito desses programas é justamente que eles de certa forma acomodam as pessoas que recebem. É fato também que emprego no nosso país é difícil, ainda mais para pessoas que não possuem muita qualificação, mas isso não impede que se procure um emprego e que se possa ter a sua renda garantida através de um trabalho, quer seja formal ou até mesmo informal.

4- O PAS modificou / melhorou o seu aspecto social?

Das 20 pessoas que responderam, 16 afirmaram que sim, ou seja, 80%.

As pessoas reconhecem que socialmente melhoraram com o programa. As políticas públicas no campo social visam esse objetivo mesmo. É uma forma de o Estado amenizar todo o tempo que deixou de olhar para os mais necessitados e não cumpriu o seu papel que é o de tratar todos com igualdade.

5- Você acha que o PAS ainda pode melhorar?

Das 20 pessoas que responderam, 18 afirmaram que sim, ou seja, 90%.

Apesar de todos os méritos do programa, sempre existem pontos que podem melhorar. Uma das questões levantadas é o valor do benefício que na opinião dessas pessoas poderia ser maior e também a ampliação do número de cidadãos que fazem jus ao benefício, ampliando assim o alcance do programa como um todo.

Os programas de transferência de renda são instrumentos utilizados pelo Estado para tentar amenizar a desigualdade do país. À medida que são implantados geram uma expectativa de melhora para a vida de quem vai receber o benefício. Eles podem ser municipais, estaduais ou federais.

Ao longo dos anos programas forma sendo implantados em diversos municípios (Programa Nacional de Renda Familiar Mínima – 1995; Programa Nossa Família-1995; Programa Vale Cidadania – 1996; Benefício de Prestação Continuada – 1996; Programa Bolsa Alimentação – 2001; Programa Cartão Alimentação – 2003, entre outros diversos) todos tendo como foco romper com o círculo da pobreza transgeracional. No ano de 2003, foi instituído pela medida provisória nº 132, de outubro, transformada em lei nº 10.836 (09/04/2004) e regulamentado pelo decreto nº 5.209 (17/09/2004) o Programa Bolsa Família que unifica os programas de transferência de renda nacionais.

Os programas são inegavelmente um sucesso, ajudaram a transformar a realidade de um país que sempre sofreu com esse abismo entre pobres e ricos. Proporcionam um desenvolvimento melhor da pessoa, que passa a ter alguns direitos assegurados e sua realidade econômica um pouco modificada. Rosemberg (2011) afirma:

Hoje, no entanto, o nível de desigualdade econômica no Brasil está se reduzindo num ritmo maior que o de qualquer outro país. Entre 2003 e 2009, a renda dos pobres brasileiros cresceu sete vezes mais que a renda dos brasileiros ricos. a pobreza reduzida neste período foi de 22% para 7% da população. Vários fatores contribuíram para o efeito surpreendente do Brasil. Mas a maior parte é devida a um único programa social que agora está transformando a forma com que os países de todo o mundo ajudam os pobres.

No Brasil, o Programa Bolsa Família ajudou muito a população brasileira e tem proporções muito grandes. O programa, assim como o PAS, visa ajudar o cidadão mais carente com recursos financeiros que geralmente são utilizados com alimentação e cuidados básicos. Eles visam também que essas pessoas tenham condições melhores de acesso à saúde e educação. A ideia é manter os exames e as cadernetas de vacinação dos filhos menores em dia e que as crianças frequentem a escola e possam além de estar matriculadas, permanecerem nas escolas. E que a partir dos avanços conseguidos pela educação consigam futuramente sair dessa condição de oprimidos e busquem um futuro melhor, mais digno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tratou sobre um programa de transferência de renda no município de São Francisco do Conde, na Bahia. O PAS é um programa que instituiu um valor pecuniário a pessoas que estão em situação de pobreza e/ou extrema pobreza. Para receber o benefício é preciso atender a alguns critérios, tais como: morar no município e cuja renda domiciliar per capita mensal seja inferior a $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo.

A questão da pesquisa foi respondida: o programa influenciou o bem estar social dos moradores de maneira muito positiva. Isso foi comprovado através das respostas dos questionários aplicados que responderam ao objetivo geral e específicos da pesquisa. Foi percebido por eles porque passaram a ter mais acesso aos serviços de saúde e educação, além de poder comprar mais produtos no comércio local para sua sobrevivência. O programa de uma forma geral foi aprovado pela população e passou a oportunizar uma vida melhor para os moradores.

Uma possibilidade de ampliação do tema é fazer um estudo de como era a vida social e econômica dos moradores assistidos pelo programa e como ela está agora depois de quase dez anos de sua criação. Outra proposta de pesquisa pode ser a ampliação de benefícios do programa, como o fornecimento do cartão PAS Mais, criado posteriormente ao programa e que possibilita a compra de produtos em estabelecimentos da cidade com o valor depositado no cartão.

Enfim, os programas de transferência de renda foram implantados com sucesso pelos governos, pois, permitiu que o pobre saísse da condição de não ter acesso a nada a ter um pouco dos serviços garantidos. Ainda não é o suficiente, existe uma distância muito grande entre pobres e ricos, mas pelo menos permite um pouco mais de condição para que a realidade possa ser modificada. Isso em um futuro que esperamos próximo, através da educação que os filhos dessas pessoas terão, já que essa é uma condição sine qua non para o recebimento dos benefícios como o Bolsa Família e o PAS.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução do grego de Nestor Silveira Chaves. 2a. ed., São Paulo: Edipro, 2009. 284p.
às 21:12.

BORGES, Nara Rúbia Martins, CASTILHO, Auriluce Pereira, PEREIRA, Vânia Tanús. *Manual de metodologia científica*. Itumbiara: ILES/ULBRA, 2014. Disponível em:

BRASIL, Caixa Econômica Federal. *Bolsa Família*. Disponível em:
<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acessado em 02/09/2018 às 12:02.

BRASIL, Ministério da Casa Civil. *Constituição Federal*. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 01/09/2018 às 21:41.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. *Como funciona o Bolsa Família*. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/como-funciona>. Acessado em 26/08/2018 às 19:12.

BRASIL, Ministério do Planejamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>

CERVO, Amado Luiz. *Metodologia Científica*. 6ª ED. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIAVANETO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Disponível em: www.cartacapital.com.br/politica/tina-rosenberg-o-sucesso-dos-programas-de-transferencia-de-renda. Acessado em 22/09/2018 às 21:00.

FAUSTINO, Taiane. *A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda no Brasil*. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013>. Acessado em 22/09/2018 às 22:00.

<http://www.biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2015/08/guia-trabalhos-academicos-abnt.pdf>. Acessado em 24/09/2018 às 19:00.

<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acessado em 18/08/2018 às 18:59.

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4374. Acessado em 26/08/2018 às 22:23.

<http://www.saofranciscodoconde.ba.io.org.br/contasPublicas/download/842299/713/2015/12/publicacoes/54BD06E2-988A-5570-6C9A40358102BAED.pdf>. Acessado em

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3858/3097>. Acessado em 18/08/2018 às 19:36.

<http://www.ulbra.br/upload/57c82ea6221906e563c5cf8acba19f84.pdf> . Acessado em 01/10/2018 às 20:00.

https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acessado em 30/09/2018 às 15:40.

MARREIRO, Cecília Lôbo. *A interpretação do princípio da dignidade da pessoa humana no atual contexto da Constituição brasileira*. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3476, 6 jan. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/23382/a-interpretacao-do-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana-no-atual-contexto-da-constituicao-brasileira>. Acessado em 01/09/2018 às 21:21

MEDEIROS, Marcelo, OSÓRIO, Rafael Guerreiro, SOARES, FABIO Veras, SOARES, Sergei. *Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2006.

MOURA, Eliene. *Apresentação de Trabalhos Acadêmicos*. Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Ceará. 2017. Disponível em:

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. *Gestão pública: gestão pública aplicada, gestão pública no Brasil de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental, economia do turismo*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. xi, 363 p.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. *Bem-Estar, Bem-Estar Social ou Qualidade de Vida: A Reconstrução De Um Conceito*. Seminário: Ciências Humanas e Sociais, Londrina, v. 23, p. 107-122, set. 2002. Disponível em:

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração* / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. Disponível em:

PRODANOV, Cleber Cristiano. *Metodologia do trabalho científico* [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2011. Disponível em:

ROSENBERG, Tina. *O sucesso dos programas de transferência de renda*. Carta Capital, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015. 272 p.

SÃO FRANCISCO DO CONDE, Secretaria de Desenvolvimento Social, 2015. *Lei Municipal Nº 416/2015*. Disponível em:

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VAZ, Luiz Gustavo Negro. *A teoria da hierarquia das necessidades*. 2013. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/producao-academica/a-teoria-da-hierarquia-das-necessidades/5266/>. Acessado em 18/08/2018 às 19:59.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 198 p.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

1- Você acha que o PAS modificou a sua vida e a dos moradores da cidade para melhor?

2- O seu poder de compra no comércio local aumentou?

3- Depois que passou a receber o PAS continuou no emprego ou continuou a procurá-lo?

4- O PAS modificou / melhorou o seu aspecto social?

5 – Você acha que o PAS ainda pode melhorar?

ANEXO

RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO PAS (PROGRAMA DE ACOLHIMENTO SOCIAL)

NIB	NOME	LOCALIDADE	BENEFICIO EM DINHEIRO	BENEFICIO Valor PAS+	VALOR TOTAL DE BENEFICIOS
45446	-	JABEQUARA DA AREIA	R\$ 500,00	R\$ 70,00	R\$ 570,00
70904	-	SÃO BENTO	R\$ 500,00	R\$ 70,00	R\$ 570,00
1171	-	CENTRO	R\$ 315,00	R\$ 65,00	R\$ 380,00
301728	-	PITANGUEIRA	R\$ 500,00	R\$ 70,00	R\$ 570,00
1333	-	BAIXA FRIA	R\$ 350,00	R\$ 80,00	R\$ 430,00
555555268	-	CAIPE DE CIMA	R\$ 500,00	R\$ 70,00	R\$ 570,00
70-1	-	PITANGUEIRA	R\$ 350,00	R\$ 80,00	R\$ 430,00
2354785-5	-	SÃO BENTO	R\$ 315,00	R\$ 65,00	R\$ 380,00
1058	-	CAIPE DE BAIXO	R\$ 500,00	R\$ 70,00	R\$ 570,00
230	-	SOCORRO	R\$ 500,00	R\$ 70,00	R\$ 570,00
1430	-	BAIXA FRIA	R\$ 498,00	R\$ 52,00	R\$ 550,00
118273	-	JABEQUARA DA AREIA	R\$ 498,00	R\$ 52,00	R\$ 550,00
1236	-	CAIPE DE BAIXO	R\$ 350,00	R\$ 80,00	R\$ 430,00
99740	-	JABEQUARA DA AREIA	R\$ 500,00	R\$ 70,00	R\$ 570,00
114588	-	BAIXA FRIA	R\$ 500,00	R\$ 70,00	R\$ 570,00
442	-	CURUPEBA	R\$ 350,00	R\$ 80,00	R\$ 430,00